



Tribunal de Contas  
do Estado do Piauí

# Transparência pública e emendas parlamentares



**JORNADA DO**  
**Conhecimento**  
**TCE-PI**

Tércio Gomes Rabelo





## Poder e prestação de contas



### FUNDAMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS



CF, ART. 1º, PARÁGRAFO ÚNICO:

“ *Todo o poder emana do povo,  
que o exerce por meio de representantes  
eleitos ou diretamente.* ”



A QUEM PRESTAR CONTAS?



**ÓRGÃOS DE CONTROLE** — fiscalização  
técnica e legal



**SOCIEDADE** — controle social direto





# A Administração Pública é compreensível?



## GRANDE VOLUME DE DADOS PÚBLICOS

Mas poucos conseguem transformar dados em informação clara.



## COMUNICAÇÃO TRUNCADA GERA RUÍDO

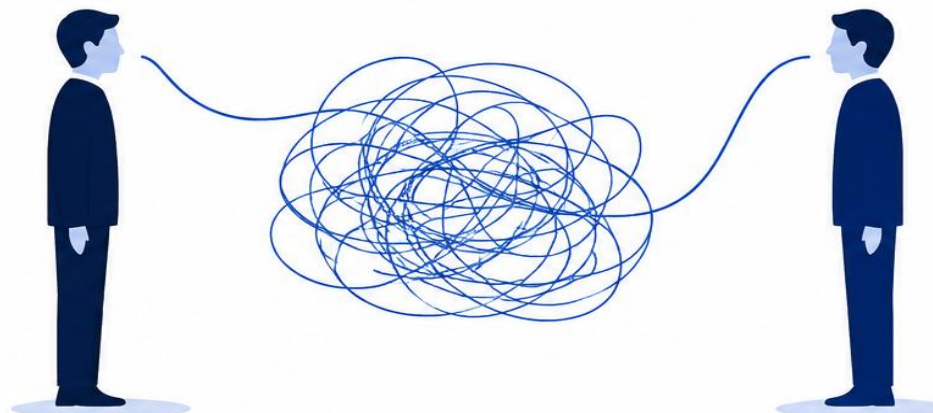
Distanciamento entre gestão e cidadão.



## ONDE HÁ OBSCURIDADE, NASCE A DESCONFIANÇA.



TRANSPARÊNCIA CLARA, COMUNICAÇÃO EFETIVA E DADOS COMPREENSÍVEIS APROXIMAM, CONECTAM E FORTALECEM A CONFIANÇA.





# Transparência pública



## CONTROLE SOCIAL

Práticas que permitem ao cidadão fiscalizar o governo, reduzindo fraude e corrupção.



## GESTÃO TRANSPARENTE

Sociedade verifica se recursos públicos são usados corretamente.



## CUMPRIMENTO DE PROMESSAS

Instrumentos que viabilizam a verificação pelos titulares do poder (povo).



TRANSPARÊNCIA FORTALECE A **CONFIANÇA**, GARANTE O **CONTROLE SOCIAL** E PROMOVE UMA GESTÃO PÚBLICA MAIS **EFICIENTE** E **RESPONSÁVEL**.





## Da CF/88 até hoje



1988



2026



## Principais normativos





## Principais normativos





## E quando não há transparência na gestão?



NLLC

- Detenção e multa



LRF

- Proibição ao recebimento de transferências voluntárias, e à contratação de operações de crédito



LAI

- Advertência, multa, suspensão, improbidade administrativa



TCE

- Multa, reprovação de contas, inabilitação, impossibilidade de utilização de recursos de emendas parlamentares



## Como reunir as informações demandadas?





# Qualidade dos portais de transparência





## Poder e prestação de contas

# COMO O CIDADÃO PODE USAR A TRANSPARENCIA A SEU FAVOR



1



FISCALIZAR  
GASTOS PÚBLICOS

2



COMPARAR  
MUNICÍPIOS E ÓRGÃOS

3



ACOMPANHAR  
OBRAS PÚBLICAS

4



MONITORAR  
EMENDAS  
PARLAMENTARES

5



EXERCER  
CONTROLE SOCIAL

6



ACIONAR ÓRGÃOS  
E FAZER DENÚNCIAS

7



TOMAR DECISÕES  
MELHORES

8



SOLICITAR  
INFORMAÇÕES

9



COBRAR GESTORES  
E REPRESENTANTES

10



PARTICIPAR DE  
AUDIÊNCIAS E DEBATES



TRANSPARENCIA GERA CONFIANÇA.

DADOS ABERTOS GERAM PARTICIPAÇÃO.

CIDADÃO ATIVO TRANSFORMA!



Tribunal de Contas  
do Estado do Piauí

## Seção 02



PROGRAMA NACIONAL DE  
TRANSPARÊNCIA  
PÚBLICA



Tribunal de Contas  
do Estado do Piauí

# Programa Nacional da Transparência Pública – PNTP



Iniciativa da **Atricon**.



**181 critérios** de avaliação.



**Autoavaliação** seguida de validação.



Nota de **0 a 100%**.



Primeiro ciclo em **2022**.



Mais de **10.000** portais avaliados nacionalmente.



**Radar da Transparência Pública** como principal produto.



# Programa Nacional da Transparência Pública – PNTP

## FLUXO DO PNTP 2026









Da publicação das informações à melhoria contínua da transparência pública








## PNTP – Critérios e classificações

- Avaliação específica conforme o tipo de entidade avaliada.

 Total de critérios	 Quant	 Essencial	 Obrigatória	 Recomendado
 Matriz Comum	72	7	53	12
 Matriz Específica - Poder Executivo	23	4	12	7
 Matriz Específica - Poder Executivo e Consórcios Públicos	1	1	0	0
 Matriz Específica - Poder Legislativo	11	0	7	4
 Matriz Específica - Poder Judiciário	6	0	3	3
 Matriz Específica - Tribunal de Contas	12	0	4	8
 Matriz Específica - Ministério Público	4	0	3	1
 Matriz Específica - Defensoria	3	0	0	3
 Matriz Específica - Estatais <sup>1</sup>	41	0	27	14
 Matriz Específica - Consórcios Públicos	8	0	1	7
 Total	181	12	110	59



## PNTP – Níveis de transparência

 Faixa de Transparência	 Nível mínimo de Transparência	 Requisito adicional
<b>1</b> <b>Diamante</b>	Entre 95% e 100%	100% dos critérios essenciais
<b>2</b> <b>Ouro</b>	Entre 85% e 94%	100% dos critérios essenciais
<b>3</b> <b>Prata</b>	Entre 75% e 84%	100% dos critérios essenciais
<b>4</b> <b>Elevado</b>	Acima de 75%	Menos de 100% dos essenciais
<b>5</b> <b>Intermediário</b>	Entre 50% e 74%	-
<b>6</b> <b>Básico</b>	Entre 30% e 49%	-
<b>7</b> <b>Inicial</b>	Entre 1% e 29%	-
<b>8</b> <b>Inexistente</b>	0%	-





## PNTP – Resultados nacionais 2024



Portais avaliados

**7.370**



Transparência média

**63,94%**

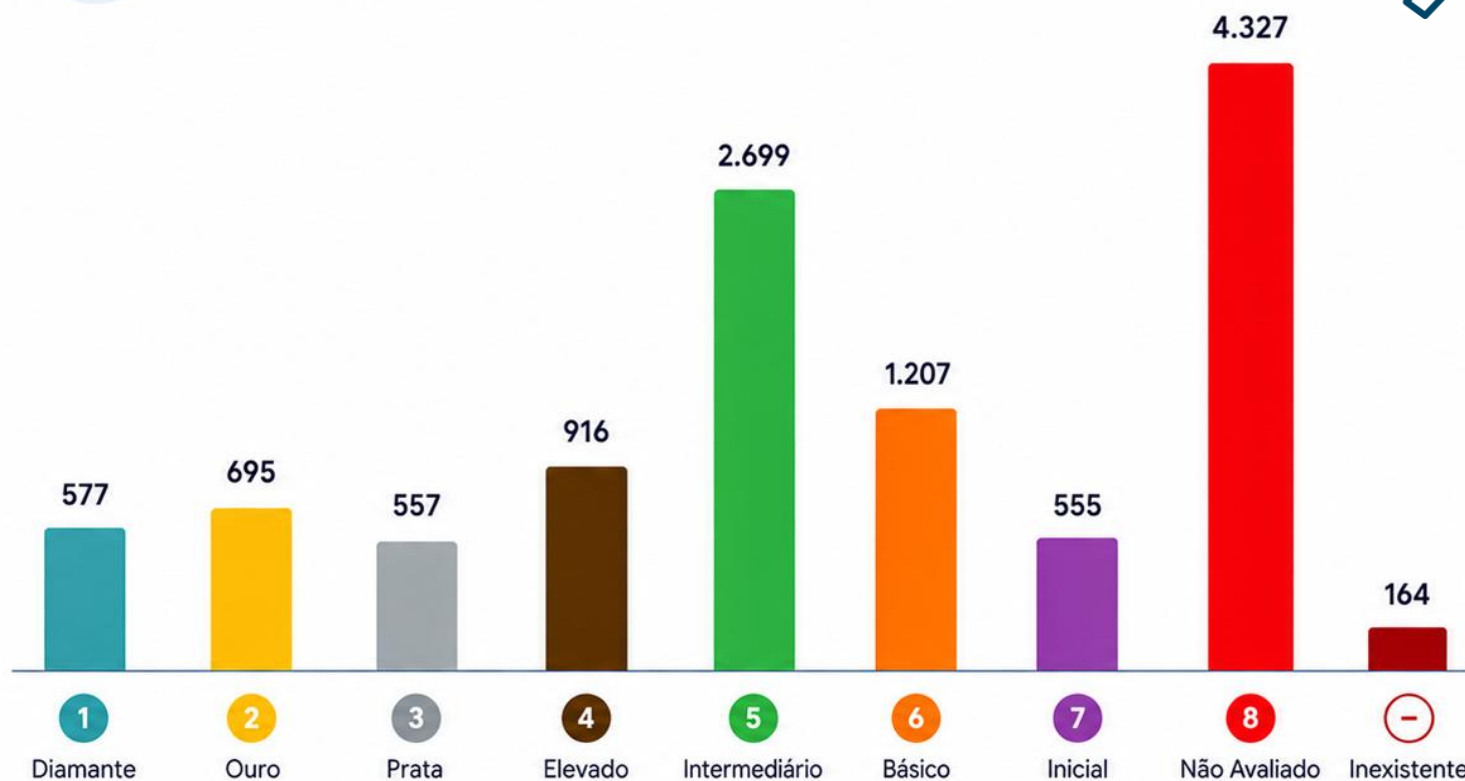


Portais certificados

**1.829**



Distribuição dos portais por nível de transparência





## PNTP – Resultados nacionais 2025



Portais avaliados

**10.072**



Transparência média

**66,60%**

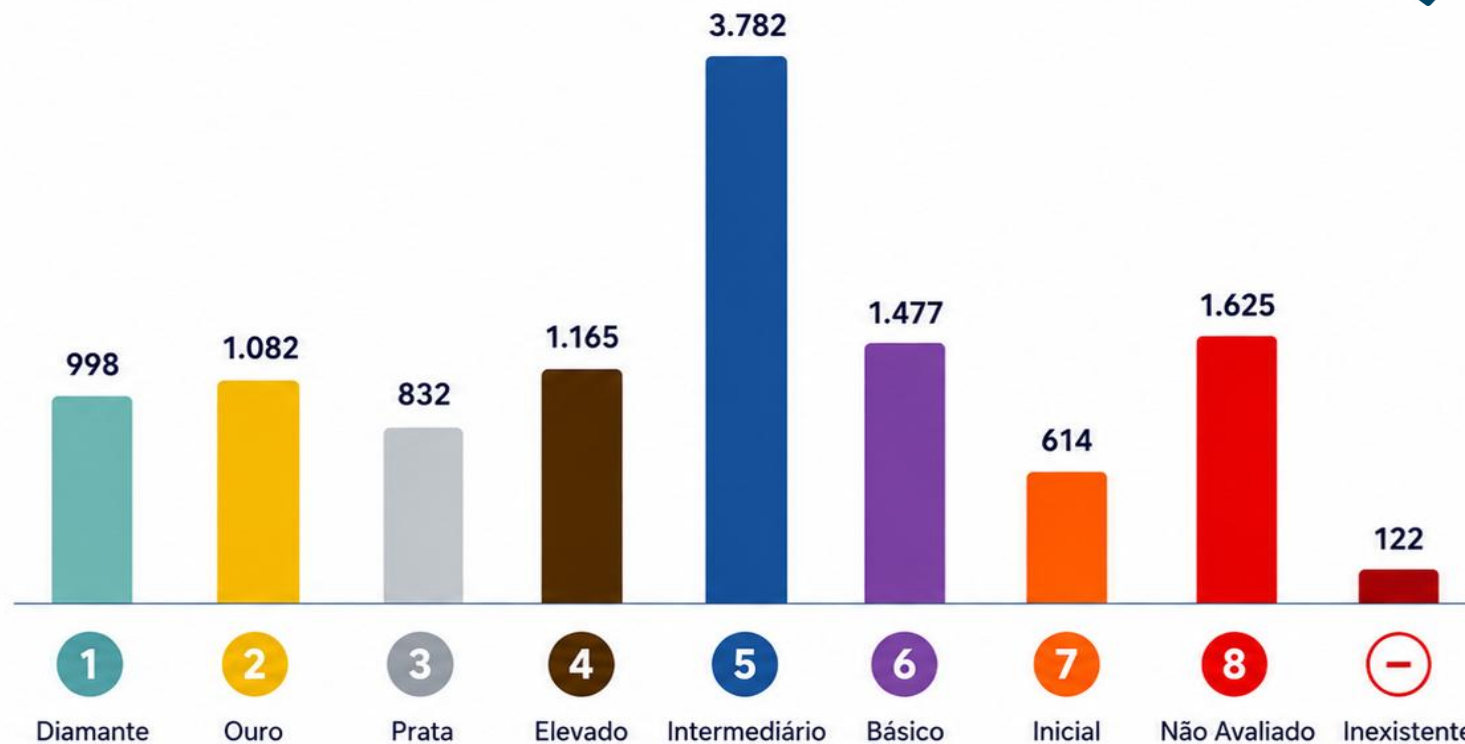


Portais certificados

**2.912**



Distribuição dos portais por nível de transparência





## PNTP – Resultados do Piauí 2024



Portais avaliados

**454**



Transparência média

**39,85%**

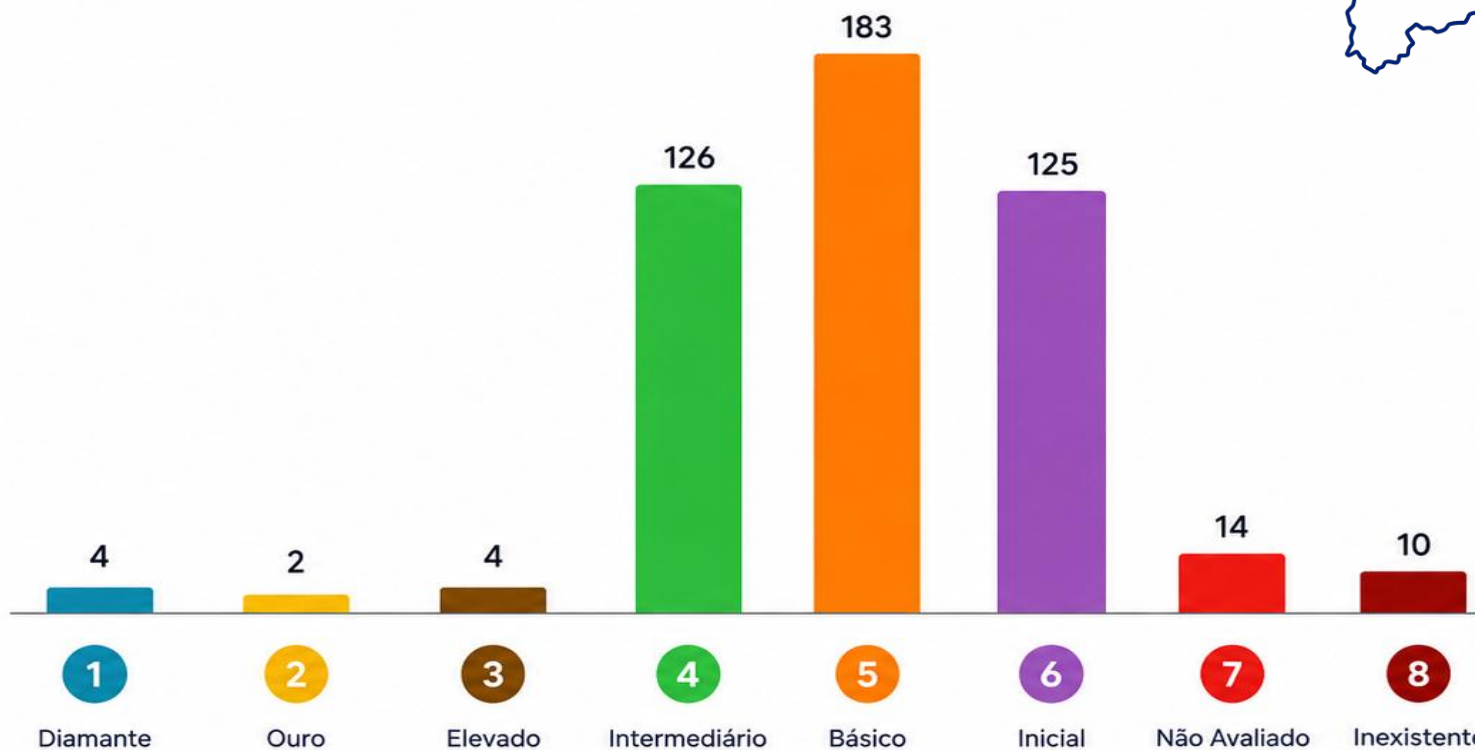


Portais certificados

**6**



Distribuição dos portais por nível de transparência





## PNTP – Resultados do Piauí 2025



Portais avaliados

**468**



Transparência média

**47,57%**

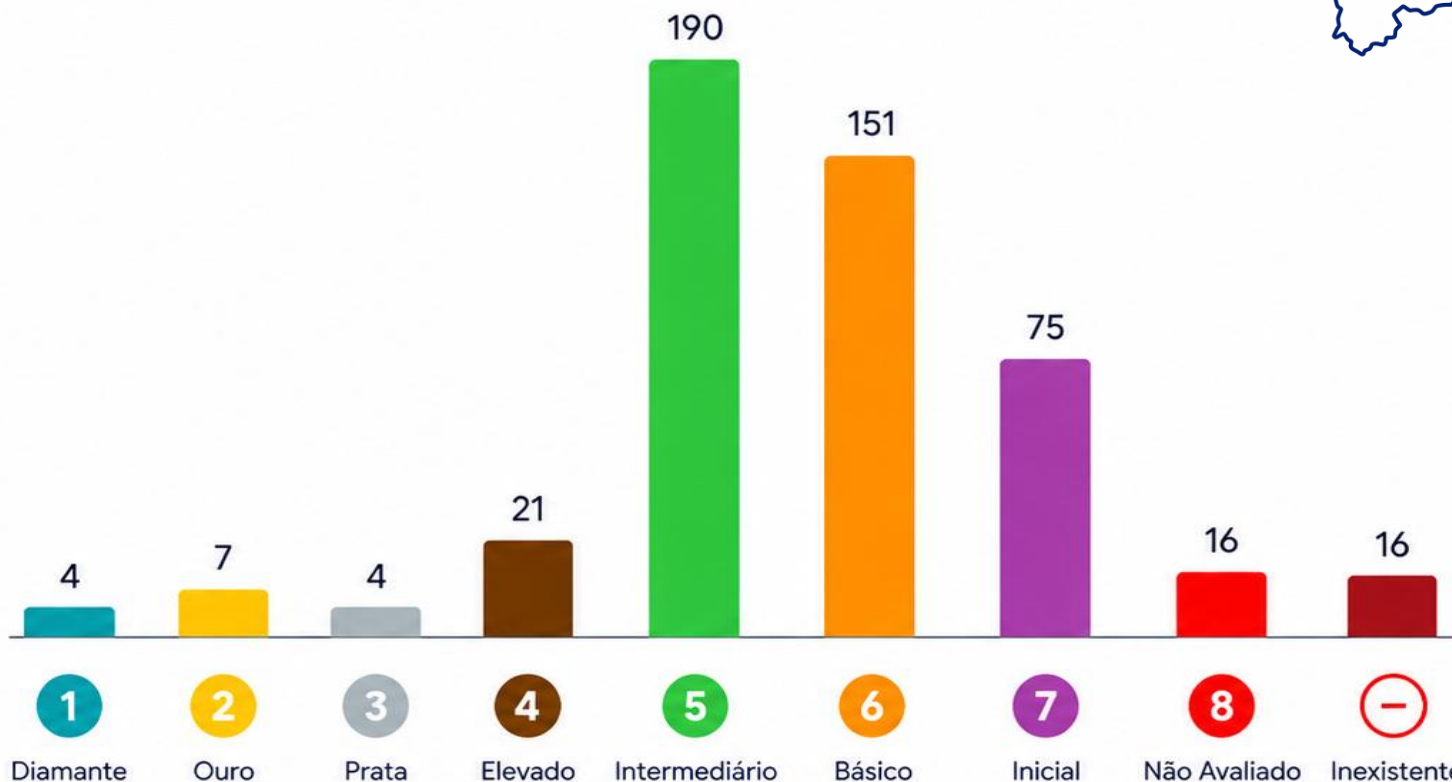


Portais certificados

**15**



Distribuição dos portais por nível de transparência





## Entidades piauienses certificadas em 2025



- Tribunal de Justiça do Estado (100%)
- Tribunal de Contas do Estado (98,53%)
- Ministério Público do Estado (97,51%)
- Defensoria Pública do Estado (95,41%)



- Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (88,77%)
- **Prefeituras:** Lagoa do Barro do Piauí (91,49%), Dom Inocêncio (88,38%), João Costa (87,44%), José de Freitas (87,12%), São João do Piauí (86,41%)
- **Câmaras:** Curimatá (86,51%)



- Governo do Estado do Piauí (80,07%)
- **Prefeituras:** Ribeira do Piauí (79,06%), Capitão Gervásio Oliveira (77,97%)
- **Câmaras:** Miguel Alves (82,50%)



## E o ciclo 2026 do PNTP?



TCE realizou [Webinar com orientações](#)



**Autoavaliação – 20/04 a 29/05**



Validação (TCE) – **01/06 a 10/08**



Garantia da qualidade – **31/08 a 09/10**



Resultado final (nacional) – **Novembro**



Relevante participação dos **controladores internos**



Função pedagógica do **Tribunal de Contas**



Acessem as avaliações anteriores no **Radar da Transparência** (QR code ao lado)

**Acesse as avaliações  
anteriores**





# PNTN 2025 – Resultados do Piauí por dimensão



## COMUM A TODOS

Critérios que devem ser atendidos por todas as entidades avaliadas no PTNTP 2026.



## ESPECÍFICO

Critérios avaliados conforme o tipo de entidade.



Dimensão com pior resultado



COMUM A TODOS



ESPECÍFICO



# PNTN 2025 – Resultados do Piauí por dimensão



## COMUM A TODOS

Critérios que devem ser atendidos por todas as entidades avaliadas no PTNTP 2026.

	Acessibilidade	<div style="width: 71.06%;"></div>	71,06%
	Atividade Finalísticas	<div style="width: 33.07%;"></div>	33,07%
	Contratos	<div style="width: 43.81%;"></div>	43,81%
	Convênios e Transferências	<div style="width: 26.84%;"></div>	26,84%
	Despesa	<div style="width: 49.85%;"></div>	49,85%
	Diárias	<div style="width: 44.63%;"></div>	44,63%
	Educação	<div style="width: 34.23%;"></div>	34,23%
	Informações Institucionais	<div style="width: 72.88%;"></div>	72,88%
	Licitações	<div style="width: 40.69%;"></div>	40,69%
	Receita	<div style="width: 45.97%;"></div>	45,97%
	Recursos Humanos	<div style="width: 39.18%;"></div>	39,18%
	Emendas Parlamentares	<div style="width: 14.22%;"></div>	14,22%



COMUM A TODOS



ESPECÍFICO



## ESPECÍFICO

Critérios avaliados conforme o tipo de entidade.

	LGPD e Governo Digital	<div style="width: 32.09%;"></div>	32,09%
	Obras	<div style="width: 20.35%;"></div>	20,35%
	Ouvidoria	<div style="width: 64.13%;"></div>	64,13%
	Planejamento e Prestação de Contas	<div style="width: 41.12%;"></div>	41,12%
	Renúncia de Receita	<div style="width: 19.07%;"></div>	19,07%
	Saúde	<div style="width: 29.11%;"></div>	29,11%
	SIC	<div style="width: 37.86%;"></div>	37,86%



# Emendas Parlamentares e Transparência

Conceitos, Tipos e Controle Externo



## Emendas parlamentares e transparência



### Pilar do PNTP e tema central nas decisões do STF

Transparência e rastreabilidade como fundamentos para o controle e a boa aplicação dos recursos públicos.



Mais de **R\$ 1 bilhão** repassados a entidades piauienses

- **R\$ 921 mi** (federais) + **R\$ 149 mi** (estaduais)



**Direito da sociedade:** quem propôs, para onde foram os recursos, qual o resultado

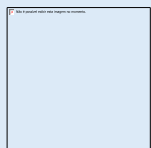
Informação clara e acessível para fortalecer a cidadania e o controle social.



## Emendas parlamentares: o que são?



São propostas apresentadas por parlamentares para alterar a **Lei Orçamentária Anual (LOA)** — o dispositivo aprovado todos os anos que define as regras para a distribuição dos recursos arrecadados.



Esses instrumentos são utilizados para direcionar parte dos recursos públicos a determinadas ações, obras ou programas. Na prática, as emendas permitem que o Legislativo influencie diretamente onde e como os recursos do orçamento serão aplicados.



As emendas ao orçamento público podem ser de execução **discricionária**, quando não obrigam a atuação do Executivo, ou **impositivas**, quando são de execução obrigatória pelo Poder Executivo (caso preenchidos requisitos de ordem técnica).



# Tipos de emendas parlamentares

1

**Individuais** — Por deputado/senador. Impositivas (EC 86/2015). Convênios ou transferências especiais.

2

**Bancada Estadual** — Coletivas por estado. Impositivas (EC 100/2019).

3

**De Comissão** — Comissões permanentes. Substituíram as emendas de relator.

4

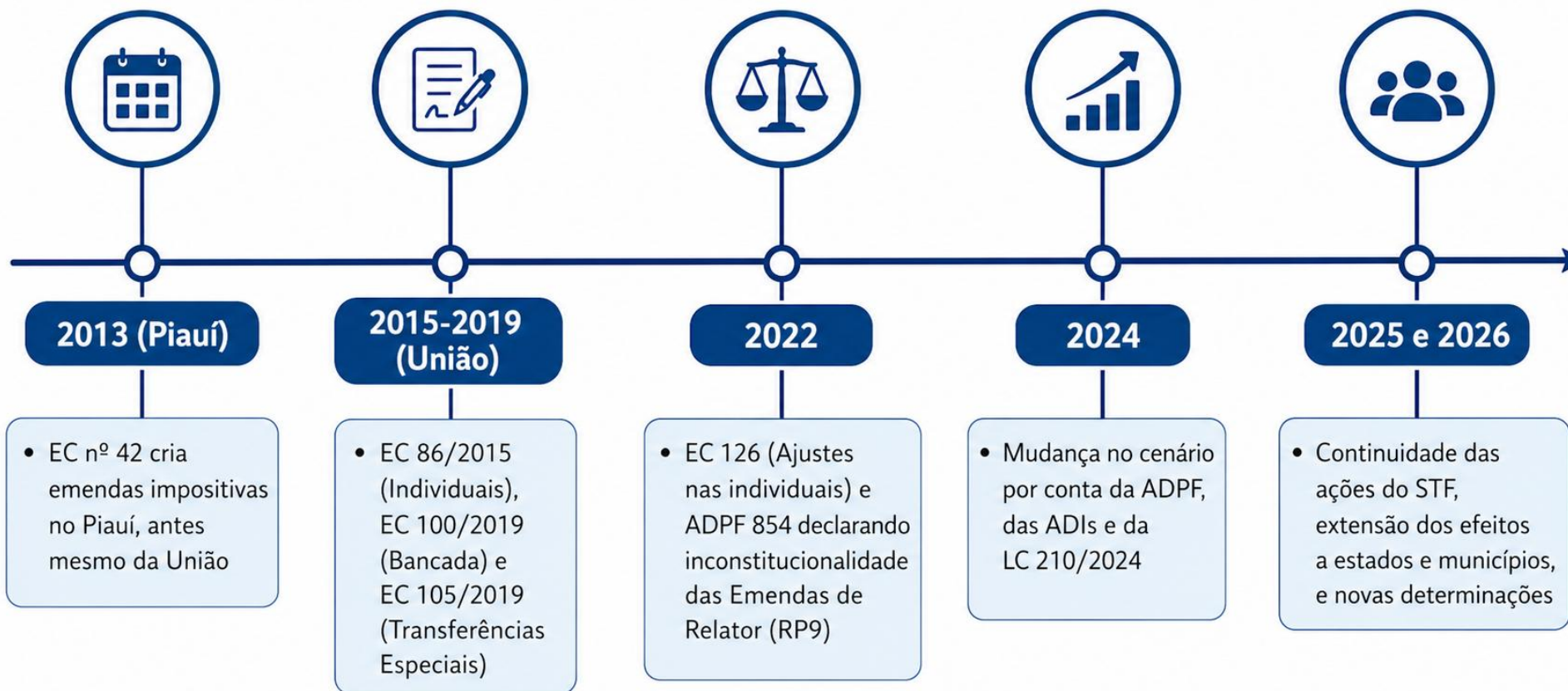
**Transferências Especiais (“Pix”)** — Direto ao ente, sem convênio (EC 105/2019). Conta específica + plano em 30 dias.

5

**De Relator (EXTINTAS)** — Inconstitucionais (ADPF 854/2022). “Orçamento secreto.”



# Histórico: evolução das emendas





# Decisões do STF e Regulamentação TCE-PI

ADPF 854, ADI 7697 e IN 05/2025



## Submissão dos estados e municípios aos requisitos de transparência e rastreabilidade impostos às emendas parlamentares federais



### A) Fiscalização e normatização

- ✓ Tribunais de Contas (TCs) e Ministérios Públicos (MPs) devem promover a adequação dos modelos locais ao padrão federal.



### B) Suporte

- ✓ TCU, CGU e MGI devem oferecer capacitação, sistemas e manuais aos entes subnacionais.



### C) Condicionalidade

- ✓ Execução em 2026 condicionada à comprovação de cumprimento do art. 165-A perante os TCs (transparência e rastreabilidade).



**Objetivo:** fortalecer a transparência, o controle e a boa aplicação dos recursos públicos em todo o país.



# ADPF 854: O que muda

## O que muda na prática:

1

**Execução condicionada:** Emendas estaduais e municipais só iniciam após demonstração de transparência perante os TCs

2

**Base constitucional:** Art. 163-A da CF — dados contábeis, orçamentários e fiscais divulgados eletronicamente

3

**Garantias exigidas:** Rastreabilidade, comparabilidade e publicidade dos dados (EC 108/2020)

*Ref.: ADPF 854, Decisão de 23/10/2025; Art. 163-A da CF (EC 108/2020)*



# Instrução Normativa TCE-PI nº 05/2025

1

**O que regulamenta:** Transparência e rastreabilidade de emendas federais, estaduais e municipais executadas por jurisdicionados do TCE-PI

2

**A quem se aplica:** Portais de transparência dos Poderes Legislativos e Executivos

3

**Receitas e despesas:** Identificar recursos de emendas recebidos e desembolsados, com filtros específicos

4

**Dados devem estar sempre atualizados**



Tribunal de Contas  
do Estado do Piauí

---





# Requisitos de transparência



## Checklist (continuação):

10		<input type="checkbox"/> Órgão executor
11		<input type="checkbox"/> Banco, agência e conta específica
12		<input type="checkbox"/> Credor
13		<input type="checkbox"/> Valor da emenda
14		<input type="checkbox"/> Dados resumidos da execução
15		<input type="checkbox"/> Instrumentos vinculados
16		<input type="checkbox"/> Outros documentos pertinentes





## ADI 7697 (14/08/2025) — Requisitos para execução:



- Plano de trabalho prévio aprovado pela autoridade competente



- Compatibilidade com a finalidade da ação orçamentária



- Consonância com o programa do órgão executor



- Proporcionalidade do valor e cronograma de execução



## IN 05/2025:



Aprovação/rejeição publicada no portal em até **10 dias**



# Certidão de transparência



## O que é:

Certidão que atesta transparência e rastreabilidade



Validade: **1 ano**



Emissão em **5 dias úteis**

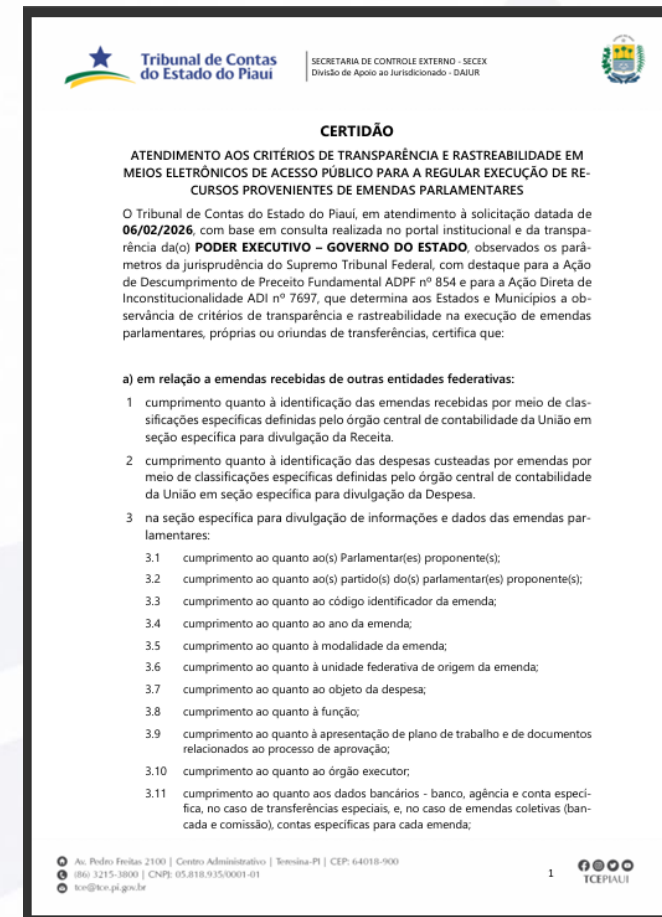


## Quem solicita:

Poder Executivo (abrange todos os órgãos do mesmo portal)



**Revisão a qualquer tempo** em caso de descumprimento, com notificação ao gestor





Tribunal de Contas  
do Estado do Piauí

# Obrigado!

Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo— TCE-PI

 (86) 3215-3868

 [tercio.rabelo@tce.pi.gov.br](mailto:tercio.rabelo@tce.pi.gov.br)